

R E U N I Ã O D O
S E C R E T A R I A D O

O SR. GOVERNADOR MAURO BORGES TEIXEIRA - Meus senhores. vamos fazer mais uma das nossas reuniões do secretariado. Será a primeira após o término da vigência do artigo 10º do ato Institucional..

Esta não é uma reunião típica do secretariado, pois não haverá tempo para os debates que normalmente fazemos sobre assuntos administrativos; é mais para o reagrupamento da grande equipe de direção do Governo, para prosseguimento da ação na conquista dos objetivos colimados. Nosso Governo portou-se como um exército, lutando desde o início para atingir o seu grande objetivo / final de 1965, que é a realização integral do primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico.

Como sabem, qualquer luta, seja luta armada de um exército ou seja uma luta administrativa como a nossa, há sempre / os imprevistos. Não basta que fixemos os nossos objetivos, que tenhamos a nossa direção, que tenhamos o nosso compartimento de ação, que tenhamos as ordens reguladoras da nossa ação, mas tem sempre aquilo que se chama, no exército, o inimigo. E entre nós, nas nossas atividades, os adversários nos têm impatrioticamente atrapalhado, dificultando a ação daqueles que se propõem à realização do bem público.

2
Evidentemente que não atuamos num quadro isolado. Somos como que um exército em massa, mas dentro de um grande quadro geral estratégico, que é o quadro nacional. O quadro nacional estratégico andava mal, como todos sabem, comprometendo todo o nosso sucesso. Todos se lembram qual era o quadro do Governo Federal. De maneira que não era possível prosseguirmos com a nossa ação sem que, no âmbito nacional, não se fizesse uma modificação que nos assegurasse o clima, as garantias e o apôio ao prosseguimento na nossa missão.

Houve, então, a revolução de 31 de março, na qual tivemos a participação que todos sabem, para o reajustamento da vida nacional, para que se criasse o clima necessário ao nosso trabalho construtivo. Mas nessa revolução nós, aqui em Goiás, sofremos fortes contra-ataques, que nos obrigaram a tomar uma posição defensiva. Quer dizer, houve uma parada. Foi realmente a grande contra-ofensiva que Goiás sofreu e que nos obrigou, efetivamente, a tomar uma posição defensiva. Parou-nos. Isso até então não havia acontecido. Sempre temos sido atacados por resistências ao nosso trabalho, mas que não comprometiam o sucesso da nossa obra, que prosseguia no seu rumo. Apenas deixávamos algumas flanco-guardas/ de cobertura à nossa ação principal. Mas agora, nessa fase, infelizmente, todo o exército se deteve ante os fogos da resistência dos adversários, que queriam impedir a nossa ação: a conquista do grande objetivo estratégico que está lá na frente, que é a realização do Plano Quinquenal.

Infim, essas resistências que se opuseram a nós e que, mais do que resistências, foram verdadeiras ofensivas, ações ofensivas em cima de nós, foram contidas e destruídas praticamente. E nós, agora, poderemos prosseguir nos rumos da conquista dos nossos objetivos. De maneira que, quem sai para uma luta assim, é evidente que tem as suas perdas, suas baixas, as suas dificuldades sérias. Ninguém sai de uma batalha completamente ileso.

Mas vamos prosseguir na conquista dos nossos objetivos, que está à vista. Não tenham dúvida de que nós conseguiremos. É preciso energia e perseverança; muita energia e muita perseverança. Cada um é responsável pelo que fôr ou deixar de ser feito no seu setor. É preciso ressaltar bem isso. A responsabilidade é indelegável. Cada um é responsável por tudo que fôr feito ou deixar de ser feito no seu setor. É preciso extraordinária energia e espírito público. Não pode haver contemplação com a incompetência, com o erro, com a preguiça e com a desonestidade. Não pode haver sentimentalismo, pois estamos aqui a serviço do povo e, portan

portanto, aqueles que não estiverem à altura de servir o povo, devem ser sumariamente afastados.

Na próxima reunião, que será longa, entraremos em detalhes em discussões administrativas. No momento, lembraremos apenas alguns pontos principais, pois eu não poderia, numa reunião como esta, deixar de abordar alguns pontos essenciais que precisamos tomar em conta. Deixaremos os detalhes para a próxima reunião que se dará na outra semana.

Sobre pessoal, devemos relembra a necessidade de absoluta na contenção de admissões, tanto na administração direta, isto é, nas autarquias e sociedades de economia mista. Nos casos em dispensáveis, deve haver a completa observância das ordens de Serviço que regulam a matéria. Quem não as têm, quem não as leu, deve procurá-las aqui com o meu Secretário Particular, o professor José Jayme, que tem cópias dessas ordens que regulam a matéria.

É necessário rever todas essas ordens de Serviço de caráter geral, especialmente a primeira deste ano, a de nº 1-A, de 3 de janeiro de 1964. Não vou lê-la aqui porque tomará muito tempo. Mas faço questão que leiam, para melhor entendimento. É muito mais fácil não nos entendermos e trabalharmos sistematizados nos ordens gerais do Governo, porque elas provocam a engrenagem da nossa máquina.

Relações com a Secretaria do Planejamento e Coordenação. Deve haver também estrita observância das Normas Gerais de Ação - NGA - estabelecidas nessas ordens de serviço. Eu cheguei a ver, nos últimos dias, a tomar uma medida drástica de não permitir o pagamento de duodécimos aos órgãos que não estivessem em dia com a Secretaria do Planejamento, não estivessem quitos com os programas de trabalho, planos de aplicação etc.

Plano de economia. Não foi publicado. Deverá sê-lo dentro em pouco.

Desejaria também, por antecipação e aproveitando a presença aqui do nosso eminente Presidente do Legislativo, o deputado Iris Rezende, anunciar a remessa à Assembléia, do nosso pedido de autorização legislativa para a criação de duas Secretarias sem Pasta, duas Secretarias Extraordinárias. Uma se destina a descentralizar um pouco a ação do Governo. Como sabem, estou despendendo diretamente com cerca de 40 órgãos diferentes, o que é extremamente difícil para mim e para eles, que muitas vezes esperam horas e até dias para despacharem comigo.

De maneira que uma dessas Secretarias vai ser praticamente uma delegação do Governo para coordenar e administrar, ou

melhor, supervisionar, fazer às vész da minha ação. Naturalmente que os assuntos de maior importância terão que ser despachados comigo. Mas é mais fácil e mais rápido eu despachar com o Secretário sem Pasta do que com 10 outros colaboradores directos.

Nessa primeira Secretaria, estamos seguindo o exemplo do Governo Federal, que resolveu fazer a mesma coisa devido à pressão do número muito elevado de órgãos directamente subordinados à Presidência da República. A outra se destinará a corrigir uma lacuna que temos sentido desde o começo do nosso Governo: é o problema de financiamentos, créditos, isto é, assuntos financeiros de um modo geral.

Nós temos no Escritório de Representação de Goiás, magnificamente dirigido pelo nosso colaborador, Dr. Leonc, uma verdadeira embaixada, que trata de todos os assuntos referentes aos interesses do Estado fora das nossas fronteiras. Mas verificamos que, por mais que elle se desdobre e tenha elementos para isso, é uma tarefa enorme e que não pode, por questão de prazo, ser resolvida só pelo Escritório. Cheguei a conclusão que preciso decentralizar um pouco os despachos directos comigo.

Então, essa Secretaria sem Pasta atuará especificamente nesse problema de captar créditos para o Estado, através da ação dos órgãos internacionais que nós temos atuado com uma sistemática excelente. Também captará créditos junto aos órgãos de créditos nacionais, junto aos setores privados. Enfim, terá uma ação eminentemente financeira sem prejuizo de outras missões que abraçam. Isso visa um reajustamento dessa nossa ação. Creio que, apesar do relativo successo que temos obtido no setor de crédito, ainda é muito fraco. Poderemos obter muito mais. Enfim, tudo isso visa um esforço de cada vez dar mais eficiência, capacidade e automação à máquina governamental.

Desejo, rapidamente, lembrar dois aspectos das nossas atividades que precisam, o mais depressa possível, ser entrosados. Isso nunca acontecerá completamente. Farão quantas reuniões forem precisas e haverá sempre deficiências. Isso é natural e não se passa somente aqui conosco. Em todas as grandes empresas de direção são necessárias as reuniões de contato. Mas é preciso haver uma boa vontade e despersonalização. Quer dizer, não haver personalismo excessivo, porque issi atrapalha as relações. As vaidades, as incompreensões prejudicam tremendamente.

Já tenho recomendado aqui que eu não desjo tratar de um assunto que pode ser resolvido entre dois Secretários. Não há necessidade de se criar um triângulo, em que eu seja um dos vér-

tices, pois isso me toma um tempo extraordinário. Mas isso muitas vezes ocorre porque ainda falta o clima de entendimento entre dois órgãos do Governo.

Há certos setores do Governo que têm de agir por delegação minha, pois não estão querendo assumir comando de nada nem estão querendo ter uma responsabilidade além da que lhe é inerente, mas são obrigados a tratar, em nome do Governador, de assuntos que devem merecer, da parte de quem os recebem um tratamento adequado.

Frequentemente, pessoas daqui do meu Gabinete procuram, em nosso nome, resolver problemas e não têm tido um tratamento adequado. Ficam esperando longas horas para tratarem disso. Muitas vezes são recebidos por pessoas que não têm condições hierárquicas de resolver os assuntos e dificultam o andamento da marcha administrativa. É preciso haver um espírito de equipe, e, se possível, até mesmo de amizade. Se não for possível a amizade, pelo menos o espírito público deve prevalecer para que esses entendimentos possam ser realizados em nível de eficiência.

Quero também lembrar o problema do recebimento aos senhores deputados. Frequentemente tenho recebido queixas de correligionários nossos, desse tratamento inadequado, das dificuldades que têm para resolver problemas simples. Todos sabem das limitações que há nas possibilidades de solução dos problemas. Nem sempre é possível. Mas, apenas a manifestação do desejo e do interesse de resolver, já é plenamente satisfatório para um deputado ou para uma outra autoridade que procura, em qualquer órgão, resolver um assunto.

Por fim, gostaria de fazer aqui uma menção já muitas vezes feita, da nossa mágoa, do nosso pesar pela perda de excepcionais colaboradores que tivemos até agora e que em decorrência mesmo dessa crise nacional, por um motivo ou por outro, foram afastados dessa colaboração.

Talvez esse tenha sido o maior golpe que sofremos. As maiores perdas, os maiores desgastes do nosso Governo. Perdemos dois Secretários de Estado, Dr. Wilson da Paixão, padre Ruy e todos os militares do Exército que estavam aqui a nossa disposição. Todos eles excepcionais colaboradores, totalmente dedicados aos seus deveres, entusiastas de suas tarefas e, que, infelizmente, por motivo acima da nossa vontade, não puderam continuar nas tarefas excepcionais que realizavam. Nós já escrevemos carta a cada um deles, manifestando o nosso agradecimento, a nossa impressão /

sobre o trabalho que cada um realizou.

Eu disse que a nossa reunião não pode ser uma reunião normal de debates, de entrar nos detalhes dos problemas, porque às onze horas nós teremos aqui duas cerimônias de posse neste local. Mas, eu acho que deveria levar ao povo goiano uma mensagem, traduzindo o que houve e o que foi a nossa ação, nossa conduta, nesses episódios que moveram o Estado de Goiás. Assim,erei aqui uma mensagem ao povo goiano que hoje à noite, através do rádio, ou amanhã através da imprensa, será de conhecimento público e que eu aqui antecipo.

MENSAGEM AO POVO GOIANO

Terminado o prazo previsto no artigo 1º do Ato Institucional e considerando que eu, na qualidade de Governador do Estado, fui indiciado à Subcomissão Federal de Investigações, para aplicação das disposições do mesmo Ato Institucional, e havendo / prestado depoimento sobre as acusações levantadas contra mim, tenho agora o dever de trazer ao bravo Povo Goiano uma palavra do que foi minha conduta e o resultado final.

No dia 8 de maio, ao ensejo do início dos trabalhos da Subcomissão Federal de Investigações, presidida pelo General R-1 Luiz Carneiro de Castro e Silva, enviei uma mensagem ao Povo Goiano, dizendo essencialmente que recomendara a todos os órgãos da administração pública estadual dessem inteiro apoio às atividades da Subcomissão. Disse mais no manifesto: "Desejamos apenas concitar o povo goiano a que mantenha a confiança no seu Governador, o qual nada teme e agirá com a mesma autoridade, destemor e dignidade de sempre, só permanecendo no Governo até o dia em que puder exercer com nobreza, retidão e liberdade o seu mandato.

Tomos pela Revolução do dia 31 de março a mesma responsabilidade cívica do honrado e digno Presidente Castelo Branco e dos demais líderes militares e civis que a executaram.

Devemos apoiá-la, ajudá-la e servi-la para que atinja os seus nobres e patrióticos objetivos; com bravura nos oporemos a que ela se transforme em mesquinho instrumento de perseguição e de apoio aos apetites daqueles que desejam, a todo custo, apoderar-se do poder pelo caminho da intriga e da mentira.

Recordemos que reaver em nossa conduta, voltada sempre para os interesses do bem público e da grandeza da Pátria.

Temos fé em que toda a Nação voltará, brevemente, à sua vida normal, com a necessária estabilidade político-administrativa, para que nosso povo construa sua grandeza e prosperidade, fundadas no trabalho e na justiça social."

O que houve durante a atuação da Subcomissão Federal em Goiás é do conhecimento do Povo Goiano e não desejo reabrir feridas nem contribuir com palavras para o retardamento da volta à fraternidade da família goiana.

Não permito qualquer propósito ou ação de reduzir ou anular as prerrogativas constitucionais e legais do mandato eletivo que recebi.

Escrevi carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, relatando o que se passava em Goiás e revelando-lhe as atitudes e decisões que havia tomado.

Sofri campanha sistemática, intensa e prolongada, de odiosidade política, em que alguns elementos das oposições goianas se lançaram contra mim, usando todos os tipos de calúnias, injúrias e falsidades, com o objetivo de conquistarem o poder por outra via que não a do pronunciamento do povo, que de há muito lhes voltou definitivamente as costas.

O Povo Goiano, silencioso e ativo, aguardou com inabalável serenidade o processo revolucionário, da Revolução por cujo bom êxito o Governo de Goiás teve decisiva responsabilidade.

No que toca ao Poder Executivo, causou-me pesar e náusea o erro perpetrado contra os honrados, democratas e valerosos Secretários de Estado, Dr. Wilson da Paixão e Padre Ruy Rodrigues da Silva, que sempre foram meus excepcionais colaboradores, na grandiosa equipe de homens públicos que executam o Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás.

Apesar da mobilização de todos os recursos, desde a montagem e preparação de incidentes, a compra de páginas inteiras da imprensa "marron", o uso de denúncias apócrifas, as ameaças, a utilização do processo, os mais sórdidos e indignos, os homens que lideram a campanha de minha destruição política e moral não conseguiram vitória nos seus intentos.

Sempre afirmei que confiava na energia e integridade de caráter do Presidente Castelo Branco. Não me enganai. A Sua Excelência, o meu reconhecimento pelo ato de justiça que praticou em relação a minha pessoa.

Esquecerei as injustiças, as falsidades e os agravos, pois as más ações se escrevem na areia...

Entretanto, as ações nobres, os atos que engrandecem os homens são esculpidos no granito, para exemplo da mocidade e, por isso, não esquecerei as provas de caráter, de dignidade e de comprometimento, as decisões másculas e a bravura sem ostentação de tantos homens de bem, que estiveram à meu lado na maior crise política já vivida pelo Povo Goiano.

Não poderei jamais esquecer as centenas ou milhares de pessoas amigas, humildes umas e poderosas outras, que se igualavam nas preces fervorosas para que eu fôsse feliz e tratado com justiça.

Recebi da bancada pessedista e dos deputados aliados as maiores e inequívocas provas de integral solidariedade, nos momentos difíceis. Não fôsse a união, a coragem, a lealdade e o civismo dos nossos deputados na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, talvez esta Unidade Federativa não pudesse desfrutar, como agora acontece, da admiração e o respeito de todo o povo brasileiro.

Ao Poder Judiciário, na pessoa dos nobres Desembargadores, o meu profundo agradecimento e respeito pela dignidade, elevação e bravura cívica com que se houve.

Seria clamorosa injustiça não mencionar o apêlo da maior parte da imprensa goiana e dos maiores órgãos da grande imprensa nacional, que deram excepcional e decisivo apêlo à causa do meu Governo.

Esses jornais escreveram páginas memoráveis em defesa da democracia e da justiça.

A todos, civis e militares, funcionários do Estado ou simples cidadãos, que me ajudaram com ações e orações, agradeço com emoção, esperando não decepcioná-los jamais.

Agora, surge à frente novo horizonte.

Após tantos dias perdidos, devo voltar às tarefas construtivas do Governo, à sua finalidade, que é promover o progresso econômico e o bem-estar social do povo.

Tenho confiança em que, muito breve, a Nação estará em plena normalidade, sob o império de todas as franquias democráticas, propiciando o clima indispensável às tarefas construtivas.

Conclamo os goianos a que se entreguem, de corpo e alma, às suas atividades normais de trabalho, para que a prosperidade e a paz reinem sobre o abençoado território de Anhangüera.

Goiânia, 18 de junho de 1964

Mauro Borges Teixeira
Governador do Estado

Meus senhores, vamos ter alguns minutos aqui, ainda, há tempo, para algumas observações do Secretário de Planejamento, o Dr. Irineu. Após isso, abriremos as portas para alguns convidados que assistirão a posse do novo Secretário de Interior e Justiça, o deputado Clotário de Freitas e o novo Comandante da Polícia Militar, o Coronel Waldemar.

O SR. IRINEU FORTES DO NASCIMENTO - Senhor Governador, senhores Secretários, senhores diretores de órgãos autônomos.

Em que pese o volume das dificuldades interpostas em nosso caminho, consequentes dos distúrbios que, com frequência, têm abalado a Nação inteira, e, embora cresçam os obstáculos internos, inerentes às deficiências e defeitos que quase todos nós carregamos, temos podido afirmar, cada dia, que Goiás não para, que Goiás cresce e se agiganta, impondo-se, inarredavelmente, com um dos Estados líderes, na Federação Brasileira.

As borrascas passam e nosso barco continua incólume, com a máquina apta a desenvolver, a plena potência, o leme em mãos firmes.

O exemplo aqui está. Ontem, era a apreensão e a preocupação, não quanto a tripulantes isolados, porém, quanto à sorte do barco, no seu conjunto.

Hoje, não nos deixamos atrair pela calmaria, e já nos preparamos para a arrancada, tendo na perda de valiosos companheiros mais incentivo, mais estímulo e mais desejo de perfeição.

Nesta assinalada hora, não duvidando do valor, da capacidade e da dedicação de cada um, mensurando nosso próprio valor, reconhecendo o significado da colaboração, somos compelido a dizer-lhes que o êxito da missão que desempenhamos, modestamente, está na razão direta do grau de compreensão que tiveram quanto à importância de nossa Secretaria, no conjunto geral do Governo.

Nunca pretendemos, nem desejamos nos superpôr a ninguém. Sabemos que nossa pessoa se nivela ou, até mesmo, se inferioriza a todas aquelas que, dedicadamente, têm posto e colocam sua inteligência e sua cultura a serviço do Estado.

Contudo, entre nós e a Secretaria de Planejamento e Coordenação há que se distinguir. Decorridos já três anos e meio de Governo, nenhum participante dele pôde mais ignorar que, se ela não é ele próprio, pelo menos, alicerça-o, comprometendo-o com erros administrativos e consolidando-o com os acertos havidos, no mesmo campo.

A esta altura, a ninguém é dado desconhecer a Secretaria de Planejamento e Coordenação, desde que sinceras sejam as afirmações de que o Planejamento é a tônica do Governo Mauro Borges e de que, em Goiás, não há mais lugar para as improvisações, ou para o empirismo administrativo.

É bem verdade que não temos obtido os resultados, conforme desejávamos, mormente em alguns setores, porém, este fato deve ser debitado, em grande parte, aos danos causados pela corrosiva inflação, em parte, às crises políticas; e, em parcela menor, a nós mesmos.

Estamos, agora, aproximadamente, a um ano e meio do fim do mandato de S. Excelência o Senhor Governador. Precisamos aproveitar bem este tempo que nos resta, e só o faremos, se reconhecermos nas opções necessidades geradas pelas disponibilidades financeiras, se entendermos a inutilidade e a inconveniência de trabalhos paralelos e se compreendermos bem a importância de um controle. Em outras palavras, diríamos que precisamos aceitar o Planejamento, no que ele tem de essencial.

Assim pensando, e certo de que nossas palavras estão sendo ouvidas e interpretadas como sinceras, permitimo-nos repetir, ainda, as solicitações objeto de nosso desassossego como Secretário do Planejamento e Coordenação.

Ei-las:

1ª) - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS.

Sem elas, teremos impossibilidade de outros recebimentos. É mister que nos recordemos que o "1º Plano de Desenvolvimento Econômico" prevê recursos federais abundantes. Devemos procurar obtê-los, seja por dotações orçamentárias, seja por financiamentos, lembrando-nos, sempre, que aquelas exigem plano de aplicação e prestação de contas e que estes serão dívidas para as quais deveremos prever resgate.

2ª) - PLANO DE APLICAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE VERBAS FEDERAIS.

Tanto este como a prestação de contas deverão ser encaminhados através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, / que os encaminhará ao ERGO, após as necessárias anotações e registros.

3ª) - Os diversos órgãos deverão comunicar, imediatamente, à Secretaria do Planejamento e Coordenação o recebimento / de recursos federais ou financiamentos, porque precisamos ter co-

conhecimento de sua existência.

Há órgãos que teimam em não se dar ao trabalho de prestar estas informações, entendendo seus Directores, certamente, que basta dar notícia ao Senhor Governador.

Nossos funcionários, em alguns casos, têm sido rechaçados, com a alegação de que informações não nos são devidas, considerando a natureza do órgão. Nada mais errado, uma vez que todos os órgãos são integrantes do mesmo Governo e, portanto, da mesma idéia.

4ª) - PROGRAMA DE TRABALHO.-

Estes só se referirão às verbas e recursos destinados à execução de obra ou trabalho que influa, direta ou indiretamente, na marcha do Desenvolvimento Econômico.

5ª) - PLANOS DE APLICAÇÃO DAS VERBAS ESTADUAIS.

Já nos referimos à necessidade destes planos para verbas federais.

Para as estaduais também são eles necessários, qualquer que seja a destinação a ser dada aos recursos.

Muitos confundem Programa de Trabalho com Plano de Aplicação. Não são a mesma coisa.

6ª) - ORÇAMENTO DAS AUTARQUIAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.

É de nossa obrigação opinar sobre tais orçamentos, antes que sejam submetidos à aprovação do Senhor Governador. Qualquer outro caminho estará sendo errado, desde que se aceite ser esta uma de nossas missões no Governo.

7ª) - RELATÓRIOS FÍSICO-FINANCEIROS MENSAIS.

Para efeito de controle da execução dos Programas de Trabalho, em particular, e do Plano de Governo, em geral, temos necessidade desses relatórios, que devem ser completos, isto é, físico-financeiros.

Há órgãos que nos mandam o relatório, deixando de enviar o Programa de Trabalho, necessário para o confronto. Outros nos mandam só os relatórios físicos etc. Não de convir conosco / que esta solicitação, como as demais, procede.

8ª) - PROPOSTAS ORÇAMENTARIAS PARCIAIS, para o próximo ano.

Estas devem ser remetidas, com urgência, pelas demais Secretarias à Secretaria do Planejamento e Coordenação. Tanto mais demorada for essa providência, tanto mais nossos funcionários da Divisão de Orçamento terão que trabalhar em tempo extraordinário.

extraordinário, com o inconveniente de termos veículos "chapa-branca" transitando à noite para transporte de pessoal.

A esse inconveniente, se acresce o retardamento prejudicial da aprovação e publicação do Orçamento para o próximo exercício.

9ª) - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

É preciso cingir-se ao regime duodecimal, salvo casos especialíssimos.

A medida visa evitar os sucessivos pedidos de créditos adicionais.

Tais créditos têm sido altamente ruinosos ao equilíbrio financeiro do Estado, posto que acabam ocasionando deficits e se constituindo em verdadeiro orçamento paralelo.

As autarquias já obrigam a um orçamento paralelo. Temos que fazer o possível para não agravar a situação.

10ª) - DISPARIDADE DE VENCIMENTOS, nos diversos órgãos do Governo.

Esta não é bem uma seara nossa, mas referimo-nos ao assunto, porque ele traz sérias implicações na vida financeira do Estado. Entendemos como de suma necessidade uma equiparação de vencimentos para os mesmos padrões técnicos, ou seja, para os mesmos níveis.

Frequentemente, somos alertados por alguns companheiros que apontam fatos de terem ficado sem um funcionário, porque este preferiu ir para esta ou aquela autarquia, ou sociedade de economia mista, que lhe pagará o dobro do que vinha recebendo.

Não é possível que se estabeleça esta concorrência dentro da própria esfera da administração pública.

11ª) - Além de tudo o que mencionamos até aqui, devemos, ainda, dizer que serão recebidas por nós, e de bom grado, todas as informações que possam nos orientar e servir como elementos de conclusão quanto aos resultados do "1º Plano de Desenvolvimento Econômico".

Sempre que possível, pedimos que nos ofereçam essa colaboração, por escrito.

Finalizando, agradecemos a paciência que tiveram, em nos ouvindo, e pedindo que nos critiquem quando estivermos errado.

Perdôem-nos, se ofendemos alguém, pois outro objetivo muito diferente nos moveu, ao formularmos pedidos e tecer considerações.

Muito obrigado.